



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

## Entrevista ao Jornalista Alon Feuerweker, da *Folha de S. Paulo*, no dia 14 de Setembro de 1990

*Jornalista: Presidente, nos primeiros seis meses do seu governo, a inflação baixou de 80% para um patamar de 10%. Mas ela resiste nesse nível, ou em torno desse nível. Para tentar derrubá-la ainda mais, a sua equipe econômica adotou uma política, que poderemos chamar de ortodoxa, do controle da moeda e de enxugamento da moeda. Isso, certamente, vai levar a uma retração das atividades econômicas, como está previsto inclusive na carta de intenções que foi assinada com o Fundo Monetário Internacional. Como conciliar essa retração da atividade econômica, que certamente vai gerar desemprego e, de certa forma, queda no salário, com o seu compromisso assumido durante a campanha com as parcelas mais pobres, com os descamisados?*

*Presidente:* Em primeiro lugar, gostaria de reafirmar que o meu governo só terá sentido se, no final do meu período administrativo, conseguirmos, como haveremos de conseguir, reduzir, drasticamente, os nossos indicadores sociais, hoje vergonhosos, sob todos os aspectos. O objetivo de todas as ações que estamos agora empreendendo é exatamente o de minimizar as disparidades sociais, minimizar o sofrimento por que passa a imensa maioria da população brasileira, e darmos condições dignas de vida à nossa população. Não poderíamos atender a esse objeti-

vo, sem que antes deixássemos de passar por um processo de profundo ajuste. São vícios, erros superpostos ao longo dos últimos anos, hábitos cristalizados, uma cultura inflacionária baseada no paternalismo, no assistencialismo, impregnada em setores importantes da população brasileira, que nos obrigaram e determinaram essa série de ações que estão hoje consubstanciadas no programa de ajustamento econômico. A retração que ocorrerá terá um efeito didático, porque, ao longo desses seis meses, demonstramos, de maneira clara e nítida, que o nosso programa seria implementado. Essa foi a determinação que saiu das urnas; o programa de governo não mais nos pertence, mas sim à sociedade brasileira, que o aprovou em duas oportunidades. E cabe a mim, como mandatário, fazer cumprir esse programa. Então, sinalizamos, ao longo desses seis meses, que o programa seria implementado, que estaríamos caminhando dentro dessas balizas que estabelecemos em conjunto com a sociedade; de que não deveriam apostar na volta da inflação; de que não deveriam voltar a apostar na ciranda financeira. E essa associação extremamente infeliz do resquício da cultura inflacionária com aqueles que estão trabalhando pela volta da inflação, porque acostumaram-se a ganhar dinheiro com ela, faz com que estejamos, vamos dizer assim, estacionados nesse patamar inflacionário de 10%. Quer dizer, o nosso objetivo é o que na campanha coloquei de uma forma clara, de nos primeiros cem dias reduzir a inflação ao nível de 10% ao mês e, nos primeiros 18 meses, ter essa inflação por volta de 3% ao mês. Para atendermos a esse segundo compromisso de redução de 10 para três, estamos enfrentando dificuldades em função dessa associação de fatores a que já me referi. Então, a política ortodoxa é a que se faz necessária neste momento. Não há de se buscar novos métodos nem inovar, nem coisa nenhuma. A única inovação que estamos fazendo é a de cumprir à risca o nosso programa econômico, coisa que em geral não era feita no passado. E essa retração que ocorrerá é didática, porque a inflação vai cair, e, com a inflação, irão cair também todos aqueles que jogaram contra o Plano, que jogaram a favor da volta do processo inflacionário. Não tenho a menor dúvida de que esses também serão muito penalizados com essa política de austeridade extrema no manejo da nossa política monetária.

---

## Política Social

---

*Jornalista: Desculpe-me insistir, Presidente, mas e as parcelas mais desfavorecidas da população?*

*Presidente:* É isso que estou dizendo. O objetivo maior do nosso governo, quer dizer, o nosso governo só terá sentido se conseguirmos atender a essas demandas sociais que são muito grandes, que são enormes, que são gritantes. Mas, a política social só se faz com dinheiro. Não se pode imaginar que possamos realizar uma política social ao nível do que o Brasil necessita se não dispusermos de recursos. Para dispormos de recursos, precisamos ter um orçamento equilibrado, precisamos ter uma reformulação do papel do Estado, precisamos ter as diversas políticas perfeitamente concatenadas com esse objetivo — política fiscal, política monetária, política industrial, política do comércio exterior, política de capacitação tecnológica, enfim, precisamos ter todas essas políticas trabalhando em conjunto, concomitantemente, de modo a que tenhamos os recursos necessários para atender a essas demandas.

O que estamos fazendo é exatamente, nesse processo de ajuste, proporcionar ao Estado condições de atender a sociedade nas suas demandas por saúde, por educação, por infraestrutura. Quando falo da reformulação do Estado, que precisamos diminuir o tamanho do Estado, alguns dizem: «Não, mas dessa maneira vai enfraquecer o Estado e o Estado é fundamental para capitanear qualquer processo de desenvolvimento de um País». E eu digo que, ao reduzir o tamanho do Estado, não quero enfraquecê-lo, quero fortalecê-lo. Enfraquecido ele está nesses dias, como nós o recebemos. Um estado gigantesco, ineficiente, e que apesar de gigantesco não retribuía à sociedade, sob a forma de bons serviços públicos, o imposto que a sociedade recolhia aos cofres do Tesouro. Por isso ele é enfraquecido, e pelo fato de ele não ter o respeito da sociedade, ele fica fraco.

No momento em que estamos reformulando o papel do Estado, tornando-o mais enxuto, mais ágil e mais eficiente, ele conseguirá atender a essas demandas da população na área social. E, no momento em que chegue uma dona-de-casa com o seu filho para fazer um curativo nele, ou que vá à escola e tenha giz, tenha a professora contente com o salário digno, o salário justo, e uma carteira onde ele possa se sentar para estudar, então, nesse momento, o Estado passará a ser respeitado, porque está cumprindo com o seu papel e, sendo respeitado, ele passará a ser forte. Então o objetivo e o sentido do meu governo são voltados para as camadas mais necessitadas da população. O meu governo só terá sentido no momento em que alcançarmos plenamente esse objetivo de atendimento às reivindicações sociais. Agora, para que cheguemos lá, e temos esse período de cinco anos de governo, é fundamental que façamos um ajuste econômico, que tenhamos um orçamento equilibrado, que tenhamos as nossas contas equacionadas, que tenhamos um parque industrial competitivo, que tenhamos as forças da modernidade atuando na sociedade como um todo, sem a interferência nefasta porque é assistencialista e paternalista, do Estado brasileiro.

---

### Programa de Governo

---

*Jornalista: Presidente, quais são, para o Governo, os limites dessa negociação, que já se chamou de Pacto Social, ou negociação nacional, ou o nome que se dê? Vamos supor que os empresários e os trabalhadores cheguem à conclusão de que, ao contrário de tudo que o seu governo tem feito, é necessário um reajuste automático de salários e controle de preços. Qual vai ser a posição do Governo diante disso?*

*Presidente:* Veja bem, temos que ter parâmetros dentro desse entendimento, dentro dessa segunda etapa do entendimento, porque o primeiro grande entendimento havido foi o entendimento das urnas, o entendimento democrático das urnas. Pela primeira vez em 29 anos, a população compareceu para escolher

não somente um Presidente da República, mas também um programa de governo. Ou seja, expresso nesse programa de governo o que a sociedade desejava como pauta do seu futuro. Esse é que foi o grande entendimento. Esse entendimento foi consagrado duas vezes nas urnas, em 15 de novembro e 17 de dezembro. Temos que, nessa segunda fase do entendimento nacional, tratar de operacionalizar o que já foi decidido pela sociedade: como operar, ao menor custo social possível, esse programa que já foi fruto de um entendimento nacional pela voz livre e soberana das urnas? Por exemplo: não pode ser objeto de discussão na mesa do entendimento nacional a reversão do processo de privatização, porque a privatização foi debatida, discutida, e foi um dos nortes da campanha, entendido e aprovado pela sociedade. Não podemos tratar da questão da redução do tamanho do Estado, não podemos, na questão da reforma agrária, encaminhá-la de maneira diferente dessa como estamos encaminhando. Vem sendo sugerido que se entregue o processo de reforma agrária aos sindicatos rurais para conduzi-lo. Não foi esse o projeto de reforma agrária que expusemos e que foi aprovado também pelas urnas. A questão da livre negociação, a liberdade do mercado, o fortalecimento da livre iniciativa, a economia de mercado também são postulados aprovados nesse amplo entendimento nacional nas urnas. Quanto a essa questão da desindexação dentro dessa liberdade que sempre pregamos, da economia e dos agentes econômicos e dessa modernização das relações capital-trabalho, essa livre negociação foi colocada pelo Executivo, aprovada pelo Legislativo, ratificada pelo Poder Judiciário da maneira mais livre possível. As instituições hoje estão funcionando de uma maneira absolutamente livre. A discussão, o debate estão cada vez mais acesos. Isso também não pode ser um tema para um ponto de discussão, porque isso já são matérias vencidas, a partir de um programa de governo que foi aprovado nas urnas e que se consubstanciou no primeiro grande entendimento. O que temos que fazer agora é operar esse programa econômico com o menor custo possível para a sociedade brasileira, e é isso que estamos tratando de fazer, convocando todas as forças da sociedade, de modo a que possamos ter um período de tranquilidade que leve o Brasil do atraso em que ele se encontrava à modernidade que desejamos.

---

## Administração

---

*Jornalista: Presidente, o senhor vai reorganizar o seu governo em função dos resultados eleitorais? O senhor vai mudar quadros e pessoas na sua administração em função dos resultados eleitorais? O senhor vai adaptar o perfil da sua administração a esses resultados eleitorais, prestigiando os vencedores e, vamos dizer assim, afastando aqueles que não obtiveram o apoio das urnas?*

*Presidente:* Não, os vencedores já estarão prestigiados pela própria vitória que eles venham a conquistar. Do mesmo modo que na composição da minha equipe eu não conjuguei esse verbo «prestigiar» em função dos resultados, do ponto de vista eleitoral, mas pretigiar em função da capacitação profissional e do ideal que cada um carrega dentro de si, continuarei fazendo sempre, mesmo depois dessas eleições. Estou contente com o desempenho da equipe de governo. Sobre isso alguns diziam: «Não, mas a equipe do Presidente Collor deveria ser mais experiente.» Esses que advogam essa tese, no fundo, o que desejavam era a continuidade, porque experiência só podia ter aqueles que já serviram à burocracia estatal ao longo desses últimos anos. E também uma das minhas propostas foi exatamente a de renovar os quadros dirigentes do País, dando oportunidade a uma nova geração para que ela pudesse se afirmar, como vem se afirmando. Quer dizer, eram sempre as mesmas pessoas no passado que víamos ocupando cargos, saía de um cargo, ia para o outro, em rodízio. Hoje damos uma renovação bastante importante nos quadros dirigentes do País. E isso significa, portanto, que estamos renovando, estamos demonstrando que com essa nova equipe estamos tendo sucesso, estamos tendo êxito, e eu não perco em nenhum instante a oportunidade de manifestar o meu contentamento e a minha satisfação com a equipe que hoje me assessora na Presidência deste País.

*Jornalista: Então não haverá reforma ministerial depois das eleições?*



*Presidente:* Não, não haverá reforma ministerial depois das eleições.

---

## Publicidade Oficial

---

*Jornalista:* *Presidente, um assunto polêmico é a questão da publicidade do Governo Federal. Por que o senhor autorizou a contratação de publicidade no Governo Federal sem concorrência?*

*Presidente:* Quando assumimos o Governo, fui informado de que existia para este ano recursos da ordem de 500 milhões de dólares para investimento em publicidade. Um número que, no mínimo, eu diria exagerado para investir-se em publicidade. Nós estamos num período de absoluta contenção. Eu sou uma pessoa que deseja ter tudo absolutamente sob controle, até porque eu não fujo em nenhum momento à responsabilidade por tudo o que aconteça no Governo. A responsabilidade é minha. Eu mandei suspender todos esses contratos. Contratos, muitos deles, que vigiam há mais de 15 anos. Era mais um cartório que existia neste País. Quando se mexe numa caixinha preta como esta, muitos interesses ficam feridos. Então, determinei a transferência do assunto para a minha secretaria pessoal, no Planalto, porque é um assunto que eu conheço. Sou eminentemente uma pessoa de comunicação e conheço como essas coisas funcionam. E para evitar qualquer tipo de mal-entendido trouxe para cá e pedi que se formulasse uma nova concorrência pública, dando acesso a todas as agências que desejassem concorrer. E não como era no passado, em que meia dúzia de agências tinham as contas e sublocavam essas contas para agências menores que não tinham em nenhum instante oportunidade de mostrar o seu talento. Esse processo caminhou e aí começamos a receber... Algumas críticas foram feitas e então eu disse ao Dr. Cláudio Vieira que pedisse a essas pessoas que estivessem fazendo críticas que apresentassem as suas sugestões. E no começo elas diziam: «Não, não pretendemos apresentar nenhuma sugestão por-



que não concordamos com esse método.» E isso foi atrasando, então, a tal da licitação das contas. Mas, nesse meio tempo, tínhamos algumas campanhas para fazer. Tínhamos a campanha do Imposto de Renda, tínhamos uma campanha de esclarecimento de alguns pontos do Plano, tínhamos campanhas da caderneta de poupança, que havia sofrido bastante com a retração dos depósitos no início do Plano, tínhamos a própria questão dos derivados da PETROBRÁS Distribuidora. Então, dentro da lei, nós autorizamos, excepcionalmente, essas campanhas. E isso não quer dizer que aquelas agências que fizeram essas campanhas ficaram com as contas. Elas tiveram uma autorização específica para fazer aquela determinada campanha. E teriam que entrar, como todas as outras, com a apresentação das suas propostas, como de fato entraram há uma semana ou dez dias. Dentro disso tudo tem uma coisa que eu prezo bastante, que é a lisura da minha administração. Eu acho que toda crítica é válida, defendo isso. Ninguém mais do que eu foi atacado no decorrer dessa campanha eleitoral. Agora, no momento em que alguém divulga uma notícia induzindo o leitor a pensar que houve falcaturia numa atitude do meu governo, eu procuro os meios que a democracia me fornece. Eu me senti atingido na minha dignidade e na minha honra, e o caminho que eu segui foi o da Justiça. Encaminhei a questão, via Ministério da área, para que a Justiça esclareça. Dizer que eu estaria favorecendo uma determinada agência de publicidade, para pagar uma dívida de campanha de 60 a 70 milhões de dólares, é algo que significa um ataque à minha honra e à minha dignidade. E seria estranho se eu não agisse da maneira como agi. Temos todas as maneiras de demonstrar que isso não ocorreu. Achamos que houve um excesso e queremos tirar isso a limpo. Então, a Justiça, dentro das suas atribuições, ouvirá ambas as partes e decidirá normalmente. Isso já faz parte do próprio processo da vida democrática que hoje o País exercita.

*Jornalista: Presidente, só mais uma pergunta sobre esse tema: quais foram os critérios que presidiram a escolha dessas agências para essas campanhas em caráter excepcional?*

*Presidente: O Secretário Cláudio Vieira poderia expor melhor do que eu esses critérios, mas, sem dúvida alguma, o critério da*

confiabilidade, da competência, da urgência de que precisávamos e outros que talvez ele melhor do que eu possa colocar com precisão para você.

---

## Tecnologia

---

*Jornalista: Mudando de assunto, com a eclosão da crise no Golfo Pérsico tem havido uma série de críticas à atuação da indústria bélica brasileira, principalmente críticas no exterior. O senhor acredita que o Brasil deve prosseguir na fabricação de armamentos, deve estimular essa indústria bélica, inclusive para exportação, ou deve se retrair nesse campo?*

*Presidente:* Os países em desenvolvimento estão sofrendo hoje uma nova forma de colonialismo, que é exatamente o colonialismo da ciência, do conhecimento científico. Defendo a idéia de que o conhecimento seja patrimônio da humanidade e não um patrimônio individual do país que o tiver, que o detiver. Mais grave ainda é a situação daqueles em desenvolvimento que eventualmente tenham conhecimento científico e que tenham competitividade, e estão sendo impedidos pelo países desenvolvidos de dar consequência econômica a esse conhecimento. É o caso, por exemplo, do carro de combate brasileiro, o «Osório», que participou de concorrências internacionais na Arábia Saudita juntamente com carros de combate soviéticos, americanos, ingleses, franceses e italianos. Ganhamos todas as concorrências de que participamos. Mas uma mão invisível se colocou sobre o processo impedindo que o negócio se concretizasse. Uma venda de 2,2 bilhões de dólares. Sem falar nas dificuldades e constrangimentos que tivemos na venda dos aviões «Tucano» de treinamento, mas que conseguimos superar com muita dificuldade. Ou seja, a indústria bélica brasileira é uma indústria extremamente competitiva, que traz rendimentos para o País, mas tem um poder ofensivo mínimo diante do arsenal de que hoje dispõe os países desenvolvidos.

Outro dia aqui, numa entrevista concedida a um repórter de um jornal estrangeiro, ele disse: «Não, o Iraque conseguiu esse poder bélico graças ao Brasil». Isso é uma falácia, porque na relação do poderio das Forças Armadas iraquianas nós vamos ver que a participação de equipamentos brasileiros é de zero ponto alguma coisa. O que temos lá são aviões «Tucano», de treinamento, temos alguns blindados leves, «Cascavel», não sei sequer se temos o «Osório» lá, mas armas muito mais de defesa do que qualquer outra coisa. Quem armou o Iraque e essas outras potências bélicas emergentes não fomos nós, foram os países desenvolvidos, que estão fornecendo aviões com foguetes, com mísseis, com isso e com aquilo. O que o Brasil pretende, naturalmente, é ter um espaço para dar consequência econômica ao seu conhecimento científico e tecnológico. Evidentemente, nessa área militar, e nesses carros e aviões que são objetos de pouquíssimo poder ofensivo. Eles são muito mais defensivos do que qualquer outra coisa. E além disso o que nós pretendemos é acesso a novas formas de tecnologia, acesso a tecnologias, por exemplo, que nos permitam combater com mais eficiência a devastação que se verifica não somente no Brasil, mas em todo o planeta. Nós precisamos ter acesso a essas tecnologias, limpas, por exemplo, para que possamos reduzir o custo da preservação ambiental e da recuperação de áreas já devastadas.

---

### Avaliação do Governo

---

*Jornalista: Uma última pergunta, Presidente. A pesquisa Data-Folha indica que o seu governo é avaliado, depois de seis meses, como regular por 43% da opinião pública, como bom e ótimo por 34% e como ruim e péssimo por 20%. O que o senhor tem a dizer sobre esses números.*

*Presidente:* Bem, números eu não discuto. Números eu aceito, sou uma pessoa que sempre respeitou muito e respeita as pesquisas de opinião pública. O Brasil está muito avançado nesse

campo. Vejo nas pesquisas um retrato da situação atual e procuro, na leitura minuciosa e atenta depois do questionário, fazer uma avaliação pessoal de como estamos indo, onde precisamos melhorar e assim por diante. E eu acho que os números são positivos e nos apontam que deveremos perseverar nesse caminho.

Agora, quanto a essa questão da *Folha*, quando eu dirigi o jornal lá em Alagoas, meu pai me dizia uma coisa: «Olha meu filho, são duas coisas que você precisa aprender. A primeira delas é o seguinte: quando um jornal publica alguma notícia boa em relação a uma pessoa — a referência era mais em relação a políticos —, se numa coluna sai uma nota favorável, o político nunca vai agradecer ao diretor nem ao dono do jornal. Ele liga para o redator ou para o repórter e credita a ele aquela nota. Quando sai alguma coisa ruim numa coluna, a pessoa não é levada a reclamar do repórter e do redator, e sim do dono do jornal ou do diretor do jornal». E ele alertava: «Você precisa separar muito bem a questão pessoa física da pessoa jurídica. Não confunda essas duas entidades, pessoa física ou jurídica, porque isso retira de você a capacidade de análise e a capacidade de ação». Então em relação à questão da *Folha*, faz-se muita confusão... Isso é uma coisa absolutamente natural, absolutamente normal. Durante a campanha tive contatos muito produtivos com jornalistas que nunca mais vi, como os dois que cobriram a nossa campanha pela *Folha*, o Ricardo Amaral e o Mauro Lopes. Mas, enfim, foram companhias ótimas e conversávamos bastante sobre essa questão de que já naquela época o pessoal ficava querendo criar confusão, como querem criar confusão, por exemplo, com relação ao Congresso, ao Executivo e Judiciário. Quando o Procurador da República entrava com uma arguição contra, diziam assim: «É crise de poder. O Ministério Público contra o Governo». Quando o Supremo acatava uma ação: «Crise do Judiciário com o Executivo». Não existe crise nenhuma. O que está existindo é exatamente a vivência plena de cada um dos poderes nos limites das suas atribuições. Em nenhum momento, nem quando edito uma medida provisória: «Isso é contra o Congresso, evitando que o Congresso legisle». Não é nada disso. Cada um está cumprindo rigorosamente com as suas atribuições e nós temos que acalmar essa situação. Te-

mos que aprender a viver democraticamente. E em relação à *Folha*, sempre se criou isso. O pessoal diz: «Porque a *Folha* é isso, porque é o Collor contra a *Folha*, não é nada disso.

Eu racionalizo bastante bem todas essas questões. E não transfiro para pessoas nem para a instituição nenhum momento de incômodo que eventualmente eu sinta por uma crítica, que acho tenha sido injusta. Ao contrário, sei separar isso muito bem e convivo muito bem dessa maneira.

---

### Imprensa

---

*Jornalista: Para eu entender perfeitamente. Então o senhor está dizendo que esse contencioso não se dirige contra a pessoa jurídica do jornal. É um...*

*Presidente:* Não. Nem contra as pessoas também. É isso que eu estou dizendo. Eu não transfiro isso. A recomendação do meu pai é a de nunca misturar essas coisas, nunca queira... no fundo o que ele quis dizer foi o seguinte: «Nunca guarde nenhum tipo de rancor nem de mágoa, em relação a coisíssima nenhuma. Procure sempre dividir bem essas coisas, fazer um divisor de águas, entender o que cabe a um veículo fazer como sua atribuição, às vezes pecando por excesso, às vezes por omissão. Procure entender isso, e jamais, se você foi atingido, ou por omissão ou por excesso, jamais estenda esse incômodo às pessoas que estejam formulando o jornal, nem ao próprio jornal. Então isso é algo que eu gostaria de deixar muito claro, porque sei que o meu funcionamento como pessoa não é o padrão. Eu não posso ser analisado com os mesmos olhos com que se analisa na área política os que aí estão, porque funciona diferente. Começa por aí, eu racionalizo absolutamente todas essas questões, não tenho mágoa, não guardo mágoa, não tenho raiva, não tenho inimigos nem quero constituí-los. Até porque, como eu disse, uma pessoa como eu que chega aos 40 anos de idade à Presidência da República, pelo voto direto como eu cheguei,

sem apoio de nenhum desses estamentos, sabe conviver com uma confluência de fatores contrários.

Quem chega como eu cheguei, sem nenhum compromisso subalterno com quem quer que seja e está podendo realizar no Governo aquilo que sempre imaginou poder realizar, não tem direito de constituir nenhum tipo de inimizade.

Eu vou sair da Presidência com 45 anos de idade e, dentro da média da expectativa de vida que se espera para o brasileiro, poderei viver até os 60 anos, e não quero passar 25 anos da minha vida remoendo coisas. Quero poder andar pelas ruas normalmente, quero conviver normalmente com todos, sem carregar contenciosos, sem esse negócio de baixo-astral ou alto-astral. Tem gente que não consegue reciclar essas coisas, que acha que todo mundo só lhe quer fazer mal, que todo mundo é adversário, que ninguém gosta dele. Isso é horrível, isso é que dá esse tremendo baixo-astral, esse peso que alguns políticos carregam. Isso é horrível, isso é horrível. Então, esse tipo de coisa tem que ser deixada de lado, isso faz parte do dia-a-dia. Leio o resumo de todas as emissoras, dos principais noticiosos das rádios, depois leio todos os jornais, leio todas as revistas, leio o noticiário internacional e, além disso, ainda tenho no computador as manchetes e as matérias principais. Isso porque eu dou uma importância extraordinária à informação. Ela é fundamental.

O pessoal do Governo às vezes fica um pouco angustiado, porque sabe que de manhãzinha eu estou cobrando de todo mundo: «Vem cá, isto aqui, que carro é esse que estava ontem parado em frente a não-sei-o-quê? Quem fez isso? Chama o fulano. Não quero isso. O que é que houve?» Então o comandante vai, abre um inquérito. Todos sabem que diariamente eu faço essa cobrança e que ela precisa de resposta, que se tem que responder à imprensa. Às vezes fica até chato, porque as pessoas acham que a gente quer condicionar os noticiários. Não, não é isso não. O que queremos é esclarecer os pontos, não deixar nada sem explicação. Nada. Sempre procurar informar.

No que diz respeito a essa questão da *Folha*, eu gostaria de colocar a você, que tem a responsabilidade da direção de um jornal importante, que eu acho que cada um cumpre o seu pa-

pel. Acho que cada um tem que fazer aquilo que julga conveniente, cada um tem que dar a orientação que julga conveniente. Agora, as explicações, sempre que se fizerem necessárias, eu, como representante do Governo, como Presidente da República, eu procurarei dar, sempre. Tivemos um caso interessante agora, em Alagoas, onde tive que mover um processo contra um primo meu. O processo demorou dois anos, e acabou com sua condenação. Eu não fiz nenhuma força para que isso acontecesse. Mas é uma satisfação que a gente tem que dar, sobretudo no meu caso, porque eu não sou desse feitio, de certos políticos, sabe como é que é? Eu me sinto muito ofendido quando atacam a minha lisura. Quando são críticas procedentes, e muitas delas o são, a gente procura se corrigir, do ponto de vista administrativo, mas quando vem uma coisa contundente contra a honra e contra a dignidade, aí acho que qualquer um reagiria dessa maneira. Não é contra ninguém, mas é a favor da preservação da sua dignidade.

Eu sempre digo ao Cláudio Humberto: «Procura depurar isso, retirar qualquer caráter emocional, qualquer análise apaixonada, porque isso é perfeitamente natural. O jornal deve cumprir a sua linha editorial, porque tem os seus leitores, tem os seus assinantes, são assinantes e estão comprando porque gostam do jornal, porque entendem que a linha do jornal é correta; então o jornal tem que seguir a sua linha». A mim cabe, nesse caso específico, proteger-me da maneira que eu julgar adequada, para não deixar nenhuma dúvida, diante da sociedade, da lisura e da transparência com que faço absoluta questão de conduzir o meu governo.

*Entrevista concedida ao jornalista  
Alon Feuerwerker, da Folha de S. Paulo, por  
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,  
Presidente da República Federativa do Brasil,  
em Brasília, DF, no dia 14 de setembro de 1990.*